



EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO INSTRUMENTO DE FORTALECIMENTO DAS LUTAS PELO DIREITO À SAÚDE

Alexandra Bonifacio Xavier (1); Camila Rachel Lira Silva (2); Eliz Rejane Vicente da Silva (3); Kathleen Elane Leal Vasconcelos (4); Sandra Amélia Sampaio Silveira (5)

(1) Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Email: maurithiuseale@hotmail.com;

(2) Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Email: miila-lira@hotmail.com;

(3) Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Email: elizgeo2009@gmail.com

(4) Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Email: prof.kathleen.uepb@gmail.com;

(5) Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Email: sandraameliasampaio@gmail.com.

Resumo: Este artigo resulta do Projeto de extensão “Política Pública de Saúde: Direito de todos”, e tem como objetivo socializar a experiência da extensão universitária realizada e suas contribuições para o debate em torno do direito à saúde e da organização das lutas em defesa da saúde pública em Campina Grande. O projeto foi realizado durante os anos 2015 e 2016. No primeiro ano esteve voltado para duas linhas de intervenção: formação e discussão acerca da política de saúde, através de curso de extensão; e atividades de educação em saúde no Hospital Universitário Alcides Carneiro. Em 2016 foi realizada uma nova versão do referido projeto, através de um curso de extensão. O objetivo do projeto nas duas versões foi desenvolver ações e discussões acerca da saúde como direito, na perspectiva do MRS da década de 1970. O público-alvo foi: estudantes do curso de Serviço Social; estudantes dos demais cursos área de saúde; assistentes sociais e demais profissionais da área da saúde; militantes do Fórum em Defesa do SUS de Campina Grande-PB. Dentre os temas abordados no curso, destacam-se: Reforma Sanitária, SUS, Controle Social e Participação Popular na Saúde, Financiamento da Saúde, Educação Popular em Saúde, dentre outros. O Projeto de extensão proporcionou articulação entre professores pesquisadores da UEPB, estudantes, profissionais, usuários dos serviços de saúde e movimentos sociais, e visou o fortalecimento das discussões em torno do direito à saúde, da política pública de saúde e das lutas sociais em defesa do SUS. Trouxe também importantes contribuições ao possibilitar aos/as participantes a troca de saberes e experiências a partir da aproximação entre a universidade e sociedade, do intercâmbio entre diversos cursos e instituições, passíveis de estimular seu envolvimento em ações voltadas ao fortalecimento e defesa do SUS.

Palavras-chave: Extensão Universitária; Movimento de Reforma Sanitária; Direito à saúde.

1 INTRODUÇÃO

Após alguns anos de consolidação de bandeiras históricas de lutas do MRS na Constituição Federal de 1988, a atual conjuntura das lutas sociais no Brasil revela-se marcada por um verdadeiro processo de **involução civilizatória** de ataques aos direitos sociais e dilapidação da saúde pública.

Nesse cenário, há diversos sujeitos – individuais e coletivos – que ainda se posicionam nas trincheiras de defesa do direito à saúde e do SUS. Contudo, a construção da **consciência sanitária** ainda coloca-se como um desafio, exigindo estratégias teóricas, políticas e ideológicas que a dissemine entre usuários e trabalhadores da saúde e de outros setores da sociedade, conferindo-lhe organicidade.



A onda de sucateamento e privatização que os serviços públicos de saúde vêm sofrendo nos últimos decênios, também atinge, evidentemente, o município de Campina Grande, onde, para enfrentar inicialmente a adesão do Hospital Universitário à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), foi criado um Fórum em Defesa do SUS.

A realidade vivenciada neste espaço revelou a importância de ampliar as informações e discursos acerca da política de saúde, na perspectiva de fortalecer a defesa do direito à saúde e da efetivação do SUS público, universal e estatal. Ao mesmo tempo, havia a preocupação das docentes com questão de uma formação em saúde voltada para as necessidades colocadas pelo MRS, especialmente junto às/os estudantes da área de Serviço Social.

Assim, ao considerar a necessidade de contribuir para as lutas em defesa do SUS, através do desenvolvimento de ações de educação (popular) em saúde que contribuíssem para a formação/ampliação da **consciência sanitária**, docentes e pesquisadoras vinculadas ao Núcleo de Estudos e Práticas Sociais (NUPEPS), do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), elaboraram um projeto de extensão denominado “Política Pública de Saúde: Direito de todos”.

A ideia era de, através da atividade de extensão – um dos tripés de uma universidade socialmente referenciada –, contribuir para a retomada dos princípios que embasaram o MRS da década de 1970 e fortalecer os processos de lutas sociais, levando em consideração o desmonte político-social sofridos nas últimas décadas.

Nessa direção, o referido projeto de extensão teve como objetivo geral desenvolver ações voltadas às discussões e informações acerca da saúde como direito e sobre o trabalho em saúde, visando o fortalecimento das lutas em defesa do SUS e contra a privatização da saúde. Os objetivos específicos que nortearam o projeto foram: realizar um curso de extensão que contemplasse discussões em torno da Política de Saúde no Brasil, do Movimento de Reforma Sanitária, dos atuais modelos de gestão e do trabalho em saúde; e estimular o desenvolvimento de ações integradas entre o Departamento de Serviço Social da UEPB, a comunidade, os serviços de saúde que se constituem como campos de estágios, pautado na articulação do tripé da formação universitária ensino, pesquisa e extensão.

Diante do exposto, o presente artigo apresenta alguns elementos acerca da importância da extensão universitária enquanto ferramenta para fortalecimento das lutas sociais. Em seguida trata destas lutas com ênfase na consciência sanitária, a partir do MRS brasileiro da década de 1970. E por fim, socializa a experiência da extensão universitária



realizada em Campina Grande-PB através do projeto de extensão “Política Pública de Saúde: Direito de todos (as)”, nos anos de 2015 e 2016.

2 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Ao iniciar esse primeiro item é preciso destacar que, com base no contexto mundial, a extensão universitária assumiu duas vertentes básicas: a primeira, tendo origem na Inglaterra, difundiu-se pelo continente europeu e expressou o engajamento da universidade num movimento mais geral, que envolveu diversas instituições (o Estado, a Igreja, Partidos), cada qual à sua maneira buscou oferecer contrapontos às consequências mais nefastas do capitalismo (PAULA, 2013).

Conforme discorre Paula (2013), a segunda vertente da extensão protagonizada pelos Estados Unidos teve como objetivo a mobilização da universidade no enfrentamento de questões referentes à vida econômica no sentido da transferência de tecnologia, da maior aproximação da universidade com o setor empresarial.

Tais vertentes evidenciam a realidade das experiências dos países de capitalismo central, na América Latina, por seu turno, a extensão universitária foi praticada a partir de outras motivações. Para melhor situar tal particularidade, cabe evidenciar que, na América Latina a questão social, durante o século XX, foi polarizada por duas grandes revoluções, a mexicana, de 1910, e a cubana, de 1959, que estabeleceram os contornos de uma diversidade de reivindicações e lutas sociais, tendo como centralidade a luta pela terra, com o passar dos anos, foram sendo incorporadas pautas mais amplas, as quais foram sintetizadas na Constituição Mexicana de 1917, sendo o primeiro texto constitucional no mundo a incorporar direitos sociais (PAULA, 2013).

Em meio a tal efervescência política, a extensão universitária na América Latina emerge voltada para os movimentos sociais. O contexto político da época desencadeou o movimento estudantil de grande significância ocorrido em Córdoba, na Argentina (1918) colocando a extensão universitária em evidência. Durante o movimento, os estudantes argentinos enfatizaram, pela primeira vez, a relação entre universidade e sociedade (SERRANO, 2013; MELO NETO, 2002). Para além dos interesses referentes à universidade, eles também lutavam por reformas estruturais e atendimento às demandas locais da classe trabalhadora. Os estudantes universitários de Córdoba eram contrários ao poder das oligarquias e da igreja sobre as universidades (SERRANO, 2013).

Esse movimento gesta um novo perfil de prática de extensão universitária, vinculada



aos problemas locais e com forte representação popular, contrapondo-se ao modelo de universidade voltada para a produção do conhecimento tecnológico e científico, a fim de atender demandas do mercado, isto é, aos interesses do capital (SERRANO, 2013, PAULA, 2013). Assim, dois aspectos se sobressaíram na Carta de Córdoba:

[...] a extensão universitária entendida como fortalecimento da função social da universidade. Projeção ao povo da cultura universitária e preocupação pelos problemas nacionais; como também, a unidade latino-americana e a luta contra as ditaduras e o imperialismo (MELO NETO, 2002, p. 13).

Nesse sentido, o ideário de Córdoba está expresso na função social que cabe à universidade, a partir do entendimento de que a extensão é um veículo de difusão da cultura e de integração da universidade com o “povo” (SERRANO, 2013; MELO NETO, 2002). Esse ideário que se baseia no pressuposto de que a Universidade pública é uma instituição que precisa primar por processos pedagógicos cuja finalidade seja a emancipação humana (GONÇALVES; PALUDO; MACHADO, 2015, p. 301), inspirou, na década de 1960, o movimento brasileiro de extensão universitária defendido pela União Nacional dos Estudantes (UNE).

Nesta direção, foi através do Serviço de Extensão Rural da Universidade do Recife, dirigido por Paulo Freire, que se manifestou com clareza a efetiva integração da universidade, da extensão universitária, às grandes questões nacionais, como destaca Paula (2013),

De fato, é com Paulo Freire que a universidade descobre e desenvolve instrumentos que a aproximam dos setores populares, tanto mediante a ação concreta de alfabetização, quanto mediante a elaboração de metodologias de interação entre o saber técnico-científico e as culturas populares [...] (PAULA, 2013, p. 17).

Assim, a extensão assume um caráter de mediação entre a universidade e a sociedade ao proporcionar uma interação e a troca de saberes (popular e científico), favorecendo o cumprimento do papel social da instituição universitária frente às necessidades da sociedade. Nesse processo de interação, a extensão assume, na dinâmica universitária, papel de igual relevância, com o ensino e a pesquisa. A universidade, através da extensão universitária, tende a contribuir para a “para a autodeterminação, para a liberdade, para a emancipação (PAULA, 2013, p. 20). Nesse sentido, a extensão tem um potencial de fortalecer as lutas populares de defesa de direitos, ao favorecer a interação dialógica da universidade com a sociedade.

Esta interação esteve presente na constituição de importantes lutas por direitos na sociedade brasileira, a exemplo das que foram travadas em torno da saúde. O tópico a seguir é ilustrativo deste processo ao abordar a trajetória do Movimento de Reforma Sanitária



Brasileira (MRS), que emerge na década de 1970 enquanto o mais importante movimento social de luta pela efetivação da saúde enquanto direito social universal no Brasil.

3 LUTAS SOCIAIS E O DIREITO À SAÚDE NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO E DESAFIOS AO PROJETO DA REFORMA SANITÁRIA BRASILEIRA

Ao iniciar esta breve incursão acerca do desenvolvimento das lutas sociais no campo da saúde, compete situar que o sistema público de saúde do país vivia sob a duplicidade de um sistema dividido entre a Medicina Previdenciária – a qual embasou o surgimento do modelo hegemônico biomédico – e a Saúde Pública (PAIVA; TEIXEIRA, 2014). Apenas com o surgimento do MRS nos anos de 1970 é possível falar em uma proposta de saúde e de sociedade que contrapõe o modelo biomédico através de um projeto abrangente de reformas sociais. (ESCOREL, 1999).

Cabe elucidar que o MRS se desenvolve nos “anos Geisel” num momento de efervescência política e de organização dos movimentos sociais no Brasil. Um movimento, para Escorel (1999), constrói coletivamente três tipos de práticas: a *prática teórica* (a construção do saber), a *prática ideológica* (a transformação da consciência, ou formação da **consciência sanitária**) e a *prática política* (a transformação das relações sociais). Nesta direção, cabe apontar alguns dos elementos destas práticas construídas pelo MRS.

Paim (2013) destaca que as bases da *prática teórica e ideológica* do MRS brasileiro estão fincadas nos Departamentos de Medicina Preventiva (DMP) de algumas faculdades brasileiras, nos quais, paradoxalmente, foi realizada a crítica à Medicina Preventiva (MP)¹ e às suas bases filosóficas: as ciências sociais positivistas. Tal crítica, vale salientar, fora construída através da abordagem marxista no campo da saúde (PAIM, 1997).

O MRS realiza uma ruptura ideológica com a MP e constitui, a partir de então, um novo paradigma no campo da Medicina Social centrado em dois conceitos fundamentais: a determinação social das doenças e o processo de trabalho em saúde que, em suma, situam a saúde e a atuação no setor enquanto construção social, marcadas por interesses antagônicos de classe. Estes preceitos embasam o conceito ampliado de saúde do MRS, assumido pela VIII Conferência Nacional de Saúde e incorporado à Constituição Federal de 1988 (PAIM, 1997).

¹ Arouca (2003) destaca que a MP emerge como disciplina do ensino médico na Inglaterra, sendo levada para os Estados Unidos onde se configurou como movimento ideológico que visava modificar a prática médica por meio da normalização das atitudes profissionais com foco inicial na higiene e, posteriormente, no conceito ecológico do processo saúde-doença e na multicausalidade do mesmo (afastada das determinações do real). O Movimento em torno da MP (1930-1940) surge como forma de conciliar os interesses médicos e estatais, tendo impulsionado a formulação de políticas sanitárias estatais (VASCONCELOS, 2013).



Ainda sobre a *Prática teórica e ideológica* do MRS, cabe elucidar o objetivo e desafio contínuo de formação da **consciência sanitária** a qual envolve a atitude de assumir, de forma consciente, que a saúde é um direito individual, mas também coletivo (CFESS, 2010 *apud* VASCONCELOS, 2013). A consciência sanitária abrange também a defesa do direito à saúde e, para Rosado (2011 *apud* Vasconcelos, 2013, p.179), ela pode ser

[...] entendida como a apropriação de informações e conhecimentos acerca dos múltiplos determinantes do processo de saúde e adoecimento, dos impactos da organização social da produção nas condições de saúde, da forma de organização da política de saúde, bem como dos mecanismos de participação da população no planejamento, gestão e avaliação do SUS (ROSADO, 2011 *apud* VASCONCELOS, 2013, p. 179).

Como é possível notar, a vertente da Academia não só deu origem, mas consolidou o MRS através do suporte teórico-ideológico, evidenciando o forte vínculo entre a universidade e a realidade social e, no momento em que a ditadura militar sinalizou seu desgaste, ainda em meados dos anos 1970, este sujeito coletivo pôde trazer à tona sua *prática política* modificando amplamente a correlação de forças no âmbito das lutas sociais em saúde.

Diante da organização e da luta dos movimentos sociais, entre eles o MRS, em outubro de 1988, ocorre a promulgação da nova Constituição Federal que assume a saúde enquanto “direito de todos e dever do Estado, que deve garantir o acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação” (BRASIL, 2008, p. 55) e propõe um sistema público, universal e descentralizado de saúde – o SUS.

Contudo, apesar do reconhecimento Constitucional do direito à saúde, no final da década de 1980, as forças progressistas que estavam comprometidas com o MRS, perderam espaço nos aparelhos institucionais contribuindo para a burocratização do movimento (ESCOREL, 1999). Essa burocratização, cabe situar, ocorre numa conjuntura adversa de adoção das diretrizes neoliberais pelo governo Collor na qual também se dá a implementação do SUS e da Lei Orgânica da Saúde (Lei 8.080/90)².

Diante do fortalecimento do projeto privatista e do refluxo das lutas ao lado de uma reestruturação produtiva do capitalismo globalizado, a conformação de novas identidades políticas e sociais encontra-se comprometida (PAIM; ALMEIDA FILHO, 2014). Desse modo, apesar de construído com bases teóricas bem definidas, o MRS tem como desafio

² Cabe elucidar que a Lei Orgânica foi complementada pela Lei 8.142 que define o financiamento e regula a participação da população no SUS preconizando a existência de instâncias de Controle Social, imprescindível à efetivação do direito à saúde.



sempre presente disseminar esses conhecimentos de modo a formar uma **consciência sanitária** não só entre estudantes e acadêmicos da área da saúde, mas junto aos usuários da política de saúde e aos trabalhadores das diversas áreas, pois só assim, a prática política desse movimento agregará forças populares mais amplas.

A formação dessa consciência sanitária encontra barreiras já que os beneficiários do projeto do MRS e do próprio SUS não parecem reconhecê-los como conquistas históricas (PAIM; ALMEIDA FILHO, 2014). Ainda conforme estes autores, apelos ideológicos para a população mudar sua visão do SUS, não são o suficiente, pois são as alterações concretas que propiciarão maior adesão às lutas pelo direito à saúde pública, estatal e de qualidade.

Assim sendo, são urgentes e imprescindíveis iniciativas que fortaleçam o projeto do MRS, as lutas no campo da saúde e que contribuam com a formação da **consciência sanitária**. Visando subsidiar discussões e ações nesta direção, foi organizado o curso de extensão universitária sobre o qual explana o tópico seguinte.

4 METODOLOGIA

O Projeto “Política Pública de Saúde Direito de todos(as) teve o seu desenvolvimento, no ano de 2015, através de duas linhas de intervenção: a primeira se refere ao curso de extensão; e a segunda se refere as atividade de educação em saúde no HUAC. No ano de 2016, o projeto voltou-se apenas para o curso de extensão.

No ano de 2015 e 2016 as atividades tiveram como público alvo profissionais de saúde, estudantes, militantes do Fórum em Defesa do SUS, do Fórum em Defesa das Políticas Públicas de Campina Grande. Nas atividades desenvolvidas no HUAC, destinou-se aos usuários e profissionais daquela instituição.

O curso foi realizado na UEPB, em Campina Grande, através de encontros mensais. No ano de 2015 os temas trabalhados foram articulados em torno de três eixos: Política de Saúde no Brasil, Reforma Sanitária Brasileira e novos modelos de gestão. Em 2016 as discussões desenvolvidas nos encontros tiveram como eixos norteadores o Movimento de Reforma Sanitária Brasileira e Trabalho e Formação em Saúde.

Em relação à ação educativa desenvolvida no HUAC durante a realização do projeto em 2015, foram realizadas cinco (05) rodas de conversas voltadas para a importância da saúde pública, estatal e gratuita, tendo como eixos norteadores o SUS e suas diretrizes.

Nas duas edições do curso foi realizado um total de dezesseis (16) encontros, que contaram com a contribuição de facilitadores que são professores da UEPB e de outras



universidades, de gestores, bem como de sujeitos vinculados ao controle social, na discussão dos temas propostos, através de uma exposição inicial norteadora do debate que, posteriormente, era aprofundado nos grupos de trabalho e socializado em plenária.

Vale destacar ainda, que o desenvolvimento do projeto de extensão se pautou na educação em saúde, tendo por base as contribuições de Vasconcelos (1997; 2001; 2002), circunscritas na referência teórica da educação popular freiriana. Neste sentido, entendemos a educação em saúde como um processo educativo baseado no diálogo entre saber científico e popular visando a ampliação das discussões e conhecimentos acerca da política pública de saúde e do direito à saúde, a partir dos interesses, do pensar e fazer cotidiano da população (VASCONCELOS,1997).

Nos encontros mensais realizados, em 2015 foram discutidos os seguintes temas: Reforma Sanitária; Reforma sanitária na contemporaneidade; O SUS; A contrarreforma na saúde; Novos modelos de gestão; Participação popular e controle social, e último encontro foi reservado para a elaboração de uma agenda em defesa do SUS. No ano de 2016 os temas discutidos nos encontros mensais foram: Crise Capitalista e Movimento de Reforma Sanitária Brasileira; Determinação Social da Saúde; SUS e Redes de Atenção a Saúde; Educação Popular em Saúde; Trabalho e Formação em Saúde; Financiamento da Saúde; Controle Social e Participação Popular na Saúde; Interdisciplinaridade e Intersetorialidade em Saúde e Promoção da Saúde.

Assim, o curso de extensão primou por uma metodologia dialógica, propiciada desde o momento inicial de discussão dos temas propostos para cada encontro, via exposição dialogada dos mesmos, até os trabalhos de grupo, seguidos de socialização e debate em plenária das discussões realizadas. Os resultados e discussões do projeto serão apresentados no item a seguir.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA “POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE: DIREITOS DE TODOS(AS)”

A realização do Projeto de Extensão “Política Pública de Saúde: direitos de todos(as)” (cota de 2014/2015), expressou uma resposta da academia às demandas e desafios que estavam postos pela ofensiva privatizante que vem ganhando força no país e se delineando em Campina Grande desde 2012, com a proposta de adesão do HUAC à Empresa Brasileira de serviços Hospitalares (EBSERH) e, posteriormente, com a aprovação da Lei



Municipal de Gestão Pactuada em 2013 (posteriormente revogada), como expressão local da onda privatizante, através dos “novos modelos de gestão”.

Diante de tal cenário, percebeu-se a necessidade de ampliar o acesso a informações e discussões sobre a política de saúde, no sentido de fortalecer a defesa do direito à saúde e da efetivação do SUS público, universal e estatal, bem como as lutas que vêm sendo desenvolvidas no município contra o processo de mercantilização e privatização da saúde.

Em 2016 a realização do curso de extensão levou em consideração as demandas postas a partir do primeiro ano de execução do mesmo quando, além dos aspectos anteriormente mencionados, foi constatado que, dos 208 inscritos, 105 eram profissionais de saúde (assistente social, enfermeira, fisioterapeuta, agente comunitária, técnica em enfermagem, nutricionista). Com base nas discussões e na avaliação realizada, a temática do trabalho e formação em saúde aparece como uma das indicações de necessidade a ser contemplada neste processo de construção dialógica de uma reflexão crítica sobre a realidade do SUS e a organização coletiva de estratégias para o fortalecimento do direito à saúde.

A expressiva participação dos profissionais de saúde e a importância de investirmos na formação de profissionais com o perfil adequado ao SUS, ao fortalecimento da saúde coletiva e das bandeiras do MRS impulsionaram a realização de um novo curso de extensão que enfatizasse o trabalho em saúde na direção do perfil apontado. Ao enfatizar o trabalho e a formação em saúde como eixo norteador do curso de extensão no ano de 2016, o projeto apoiou-se na noção de quadrilátero da formação concebido por Ceccim e Feuerwerker (2007), que busca articular os segmentos da formação, da atenção, da gestão e do controle social. Ao mesmo tempo, direcionou-se para a perspectiva da interdisciplinaridade, para discutir o processo de trabalho e a formação na área em tela.

No que se refere às ações educativas desenvolvidas no HUAC, no ano de 2015 contou-se, em média 10 pessoas por ação, totalizando-se cinco (05) ações nesta instituição. Foram realizadas rodas de conversa sobre o que é o SUS; como funciona; conquistas e desafios; e direitos dos usuários do SUS. Nesta atividade, diferente do curso de extensão, o que mudava era o público das ações, foram eles: usuários que faziam tratamento do tabagismo; usuários soro positivo; grupo de terapia enzimática; grupo de oncologia enzimática.

A discussão destes temas com usuários do SUS é relevante ao possibilitar o acesso a informações e à análise de situações concretas por eles vivenciadas, que podem servir de referência para a busca de soluções e para o enfrentamento coletivo de violações de direitos,



ao mesmo tempo em que favorece a formação da consciência sanitária.

A escolha do HUAC não foi mera coincidência, uma vez que esta instituição na época do desenvolvimento do projeto estava na iminência de ser administrada pela EBSEH, fato que se consumou a partir de 01 de janeiro de 2016 com a adesão por parte do então Reitor da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Prof. Edilson Amorim, à referida empresa.

O curso de extensão possibilitou assim, a discussão de temáticas centrais para compreender a saúde como direito, a política de saúde no Brasil e os atuais desafios para que se possa consolidar as conquistas constitucionais e as bandeiras de luta do MRS brasileiro. As ações educativas realizadas no HUAC possibilitaram a difusão de informações acerca da saúde como direito, os desafios postos e temas referentes ao SUS e desconhecidos por grande parte dos usuários.

O projeto de extensão “Política Pública de Saúde: Direito de todos (as), através de suas ações, articulou o tripé universitário, compreendendo ensino, pesquisa e extensão, com as demandas concretas da sociedade, em face dos desafios que se colocam para a efetivação do direito à saúde em Campina Grande, num contexto mais amplo de desmonte das políticas e direitos sociais vivenciado no país.

Os projetos de extensão, em seus dois anos, proporcionaram o estímulo ao desenvolvimento de ações integradas entre o Departamento de Serviço Social da UEPB, os serviços de saúde e a comunidade. Sendo assim, a extensão, concebida como prática acadêmica e parte do processo educativo interliga os saberes popular e científico; caracteriza-se como importante auxiliadora do processo de lutas sociais, a partir das discussões tecidas no âmbito da academia, da análise da realidade social e da devolução desse conhecimento para a sociedade.

Neste sentido, os debates construídos foram relevantes, notadamente diante da atual conjuntura de desmonte das políticas e direitos sociais e de aprofundamento das lutas sociais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi discutido no decorrer do artigo, torna-se perceptível que existem diversos desafios à efetivação do direito à saúde na atualidade. São percalços estruturais e ideológicos, principalmente no que concerne ao projeto privatizante neoliberal e todos os seus rebatimentos no sistema de saúde.



Contudo, apesar da conjuntura adversa, a luta pelo fortalecimento do SUS deve prosseguir, pois a saúde pública é um patrimônio do povo brasileiro, um direito imprescindível que compete ao Estado efetivar (CF/88). Tais prerrogativas compõem o projeto de saúde do MRS que, ao se contrapor ao modelo biomédico e ao projeto privatista, apresenta em seu percurso histórico, propostas para além das condições sociais, econômicas e políticas sustentadas pelo Estado.

Nesta direção, conforme mencionado no decorrer do artigo torna-se imprescindível a retomada da organicidade do MRS junto aos movimentos sociais e populares na luta pelo direito à saúde pública e de qualidade. Por este motivo, entende-se que a universidade, a partir da tríade que a sustenta – ensino, pesquisa e extensão – pode e deve contribuir propiciando espaços de produção de conhecimento, organização política, articulação dos saberes, formação de cidadãos, profissionais e intelectuais a fim de fortalecer o projeto do MRS e a luta coletiva contra o projeto privatizante neoliberal.

A partir desse direcionamento foi organizado o projeto de extensão “Política Pública de Saúde: Direito de todos(as)”, com o objetivo de contribuir na formação da consciência sanitária de sujeitos sociais, bem como de aprofundar os conhecimentos e práticas em torno da política pública de saúde, visando a defesa do SUS e do direito à saúde a partir dos preceitos do MRS da década de 1970. O referido projeto de extensão fortaleceu debates em torno desse direito fundamental, discussões que a nosso ver não podem limitar-se à própria política de saúde ou aos muros da universidade, mas alcançar relevância social através de uma premissa basilar: a saúde é direito de todos e dever do Estado.

7 REFERÊNCIAS

AROUCA, S. **O Dilema Preventivista**: contribuição para a compreensão e crítica da medicina preventiva. São Paulo: UNESP; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. 29. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2008.

CAMPOS, F. E., AGUIAR, R.A.T., BELISARIO, S.A. **A formação superior dos profissionais de saúde**. GIOVANELLA, L et al (org.). Políticas e Sistema de Saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

COSTA, M.R. A Trajetória das Lutas pela Reforma Sanitária. **Sociedade em Debate**, Pelotas, 2007.

SCOREL, S. **Reviravolta na Saúde**: origem e articulação do movimento sanitário. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.



FEUERWERKER, L. Modelos technoassistenciais, gestão e organização do trabalho em saúde: nada é indiferente no processo de luta para a consolidação do SUS. Temporalis: **Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. São Luiz: n. 13, 2007.

GONÇALVES, L.D. C.PALUDO; C. R. S. MACHADO. **Extensão Universitária no contexto de crise do capital**: uma crítica a partir da educação ambiental e popular. *Historiæ*, Rio Grande, 6 (2): 281-307, 2015.

NETO, J. F. M. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: bases ontológicas. In.: **EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA** - diálogos populares. 1ª publicação em 2002. Disponível em: <http://www2.uesb.br/pedh/wp-content/uploads/2014/02/Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-di%C3%A1logos-populares-Jos%C3%A9-Francisco-de-Melo-Neto.pdf>. Abril de 2017.

PAIM, J. S. Bases conceituais da reforma sanitária brasileira. In: FLEURY, S. (org.). **Saúde e democracia**: a luta do CEBES. São Paulo: Lemos Editorial, 1997.

__. **Medicina Comunitária**: Introdução a uma análise crítica. In: Saúde em debate: fundamentos da Reforma Sanitária. Rio de Janeiro: Cebes, 2008.

__. **Reforma Sanitária Brasileira**: contribuição para a compreensão e crítica. Salvador: Edufba; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

__.; ALMEIDA FILHO, N. de. **Reforma Sanitária Brasileira em Perspectiva e o SUS**. In: __. (orgs.). Saúde Coletiva: teoria e prática. 1. ed. Rio de Janeiro: MedBook, 2014.

PAIVA, C. H. A.; TEIXEIRA, L. A. **Reforma sanitária e a criação do Sistema Único de Saúde**: notas sobre contextos e autores. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.21, n.1. 2014.

PAULA. J.A. **A extensão universitária: história, conceito e propostas**. Interfaces - Revista de Extensão, v. 1, n. 1, p. 05-23, jul./nov. 2013.

SERRANO, M. S. M. As tensões na universidade e as pretensões da extensão universitária popular. In: **Educação popular na universidade**: reflexões e vivências da articulação nacional de extensão popular (Anepop); (orgs.). 1. ed. São Paulo: Hucitec; João Pessoa: Editora Universitária UFPB; 2013.

VASCONCELOS, K. E. L. **Promoção da Saúde e Serviço Social**: uma análise do debate profissional. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, Recife, 2013.